

ATA DA 9.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

16 de fevereiro de 2015

Aos dezasseis dias do mês fevereiro de dois mil e quinze, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas onze horas reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de nove de fevereiro: _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto dois- Programa “Aproximar Educação” e Contratos de Educação e Formação Municipal: apreciação e votação de proposta de parecer da Comissão Permanente. _

Ponto três - Indicação de cinco diretores para o Júri do Prémio de Escola 2013/2014_

Ponto quatro - Indicação de um representante na Comissão de Acompanhamento do POCH. _____

Ponto cinco - Assuntos diversos _____

Estiveram presentes os conselheiros Anabela Alves Coelho Grácio, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José Eduardo Lemos de Sousa, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira, Renato Madeira Alves, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte. Estiveram ausentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, David Carlos da Rocha Sousa, Fátima do Céu Carola Moreira, José António de Sousa, José Octávio Mesquita e Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares. _____

Antes de dar início à ordem de trabalhos, o Presidente informou o Plenário que o conselheiro José Mesquita lhe comunicara que passaria a desempenhar as funções de Delegado Regional da Direção de Serviços da Região Norte da DGEstE e que lhe pediu para transmitir aos conselheiros o seu apreço e amizade por todos, bem como os votos de que o Conselho tenha muito sucesso na sua missão. O Presidente, traduzindo o sentir dos membros presentes, desejou ao novo Delegado Regional as maiores felicidades no desempenho do seu novo cargo. _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

O conselheiro António Castel-Branco propôs ligeiras correções à ata, após o que foi posta à votação, sendo aprovada com dezasseis votos a favor e quatro abstenções dos conselheiros Anabela Grácio, Júlia Ferreira Gradeço, Joaquim Tomaz e Renato Madeira, por não terem estado presentes na reunião anterior. _____

Ponto dois- Programa “Aproximar Educação” e Contratos de Educação e Formação Municipal: apreciação e votação de proposta de parecer da Comissão Permanente. _ O Presidente deu a conhecer as razões que levaram à elaboração do parecer, fazendo um breve resumo de como se foi tomando conhecimento da intenção do Ministério da Educação e Ciência relativamente à transferência de competências da Administração Central para as autarquias. Explicou a metodologia seguida na elaboração do parecer e os princípios subjacentes ao mesmo. Realçou ainda o facto de as escolas perderem competências com o Contrato de Educação e Formação Municipal. Em mais de setenta competências elencadas na matriz de responsabilidades, as Escolas perderão ou partilharão competências que antes eram da sua exclusiva responsabilidade. Alertou também para a possibilidade de poder haver uma subcontratação de serviços e competências das Escolas em operadores privados. De seguida deu a palavra ao Plenário. _____

O conselheiro Renato Madeira realçou o facto de já haver a experiência da privatização no caso das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), manifestando ainda o seu receio de que as colocações de professores deixem de funcionar bem, caso passem para as autarquias. _____

Realçou o facto de o MEC ter deixado para o fim da legislatura uma questão tão estrutural e que já há autarquias que não quiseram gerir as AEC e agora estão na linha da frente deste processo de transferência de competências. _____

O conselheiro António Castel-Branco deu os parabéns pela iniciativa do debate realizado em Santarém e pela organização do mesmo, bem como pela qualidade do documento em apreciação, considerando que toca nos pontos-chave. Do parecer poderia ainda constar que as Escolas com autonomia e as Escolas TEIP já têm metas a cumprir e, caso os respetivos municípios adiram ao processo, passarão a estar subordinadas ao projeto educativo municipal, deixando de ser elas a definir as metas. Questionou, por fim, como é que, no caso de concelhos heterogéneos, com freguesias com realidades tão díspares, um projeto educativo municipal vai conseguir conciliar essas realidades. _____

A conselheira Anabela Grácio referiu que gosta da palavra “aproximar” pois acha que, neste caso, o país é muito centralizado. No entanto, considera que a necessidade de aproximação deve ser nos dois sentidos e que tudo o que for de natureza pedagógica deve ficar a cargo da Escola, reforçando a sua autonomia. Mostrou também preocupação pelo momento em que o Governo faz esta opção. Os Conselhos Municipais de Educação (CME) não preveem que as Escolas públicas tenham neles assento, pelo que considera que, dado o papel que passam a ter, é fundamental que passem a estar aí representadas. Referiu, ainda, o perigo da possibilidade da subcontratação e de as escolas estarem arredadas do processo. _____

A conselheira Maria Júlia Gradeço disse que a sua autarquia está na linha da frente neste processo, que também lhe passou ao lado, não tendo sido recebida em conjunto com a autarquia, pela tutela. Considerou que o que lhe foi transmitido na reunião que teve com o Sr. Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares não tem nada a ver com o que foi publicado. Colocou a questão sobre se o diretor se mantém com a atual equipa e sobre isso não obteve resposta. Não sabe se continua a haver conselho administrativo nas Escolas, pois parece não haver razão para tal. Também



não sabe se haverá secretariado de exames já que passa a ser a Câmara Municipal a responsável por estes. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes informou que o conselho de Vila Nova de Famalicão é um dos que quer integrar o processo. _____

Pelo que sabe, o CME não vai sofrer nenhuma alteração profunda, terá apenas eventualmente alteração ao nível do assento dos diretores neste órgão. O financiamento poderá ser um problema já que terá por base os últimos quatro anos e algumas escolas, nesses anos, tiveram despesas incluídas no financiamento do POPH que não são tidas em conta neste cálculo. A interpretação no capítulo financeiro por parte das autarquias não é a mesma que a do MEC, pelo que poderá haver alguns pontos de conflito nesta matéria uma vez que esta parte ainda está ambígua. _____

Foi agora pedido aos diretores que os conselhos gerais se reúnam para se pronunciarem, o que considera que deveria ter acontecido logo no início do processo. O conselheiro Carlos Percheiro manifestou o seu profundo agrado pela realização do debate nacional. Considera que este é o processo mais opaco de que tem conhecimento nos últimos trinta anos e questiona quais os critérios subjacentes à escolha das autarquias envolvidas. Deu os parabéns pelo parecer e qualidade do mesmo nas questões estruturais que aborda e na forma como está redigido. Tem muitos receios deste programa e referiu a questão da falência técnica de alguns municípios. Considerou inaceitável que as escolas não sejam ouvidas e realçou o facto de os diretores não terem assento no CME. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz considera que o documento está bem elaborado mas, com a publicação do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, pode-se já não ir a tempo, pelo que seria de tentar minorar algumas situações desfavoráveis. Pensa que pode ser cavado um fosso maior entre escolas ou mesmo entre municípios, pois há por parte destes uma diferença de recursos financeiros e meios técnicos. Quanto menor for a dimensão do município maior poderá ser o perigo de a Escola ser instrumentalizada por quem está no poder. É importante a alteração ao nível do CME na sua constituição e na sua área de influência, podendo este ser alargado à Comunidade Intermunicipal, já que, sendo muitos municípios de reduzida dimensão, evitava-se, assim, o risco da partidarização. _____

O conselheiro Fernando Elias entende que se pode olhar para o processo em termos dos princípios e da própria dinâmica. Em matéria de princípios, considera que todos sabemos que é necessário uma reforma. Tem que haver um pacto sobre educação e para isso tem que haver princípios. Por isso, este documento é fundamental nesse aspeto, pois realça que não há reforma sem autonomia, não pode haver mudanças sem avaliação dos anteriores processos, não pode haver investimento em educação sem Escola, esta tem necessariamente que ser parceira. A Escola tem sempre que ser escutada num processo de construção em educação. Tem que ser dado à Escola o que é da Escola. Deu o exemplo de Leiria em que trabalham em conjunto, considerando que também é tempo de as Escolas produzirem caminho de forma informal que depois serve para que surja algo formal. _____

A conselheira Celeste Sousa considerou que o debate nacional foi muito bom. Relativamente ao programa que é objeto do parecer, não percebe qual o problema que pretende resolver e tem dificuldade em entender para que serve. As Escolas são excluídas de um processo que tem a ver com o seu trabalho para já não falar dos



problemas financeiros. A sua Câmara Municipal, por exemplo, já não assumiu as AEC por esse motivo. _____

O conselheiro Filinto Lima disse que o processo está a ser conduzido pela Secretaria de Estado da Administração Local e supervisionado pelo Ministério das Finanças, não estando o MEC muito envolvido. Referiu que o parecer está muito bom mas, como o Conselho não foi chamado a pronunciar-se e alguns casos estão já muito adiantados, pode ser extemporâneo o parecer, pelo que propõe que a proposta em apreciação seja transformada em tomada de posição. _____

O conselheiro Paulo Ferreira referiu que o documento está bem elaborado, na senda dos anteriores. Entende que há o perigo de falência das autarquias e, se há riscos no caso dos municípios com poucas Escolas também os há nos que têm muitas, pois eles é que vão decidir a oferta educativa, o que acarreta riscos para algumas delas. _____

O conselheiro João Caiado concorda e felicita os responsáveis pelo documento dando conta de uma gralha de numeração na página seis, alínea b. _____

O Presidente justificou algumas opções na elaboração do documento, nomeadamente o facto de não ter sido feita qualquer referência ao *timing* em que se está a desenvolver o processo, pois essa é uma questão política. Quanto às AEC, há registos de que em muitos municípios funcionam bem. Referiu ainda que este processo pode criar uma situação em que haverá municípios com uma educação a diferentes velocidades. _____

Considerou que não é tardio o *timing* para emissão de parecer, pois, não tendo sido chamado para o emitir, o Conselho das Escolas (CE) colocou o assunto na agenda e produziu conhecimento sobre a matéria, ajudando a esclarecer as Escolas. Considerou, por fim, que as questões que poderão estar a ser valorizadas pelas autarquias neste processo serão de ordem financeira e de poder. _____

A Conselheira Isabel Le Gué realçou a elevação do documento centrado nas questões de fundo, considerando interessante a opção pela tese da defesa da autonomia das Escolas. _____

O conselheiro António Ventura referiu que é fundamental mostrar que estas questões devem passar pela autonomia e que a opacidade deste processo levanta dúvidas. O documento marca uma posição, já que aborda as grandes questões que envolvem o tema, por isso este é o tempo certo para o Conselho se pronunciar sobre o mesmo. _____

O conselheiro António Castel-Branco deu o exemplo do seu concelho em que no contrato de execução as transferências de verbas funcionavam bem, situação essa que mudou este ano, no que se refere à manutenção e conservação dos edifícios. _____

A conselheira Rosalina Pinheiro deu conta da sua experiência com as juntas de freguesia em que há presidentes com entendimentos e vontades diferentes relativamente à componente financeira. A dependência da vontade pessoal de alguns destes atores é um estorvo no desenvolvimento do processo pedagógico nas Escolas. No seu concelho, no ano das últimas eleições autárquicas, as AEC só começaram em janeiro, este ano iniciaram-se em setembro mas foram entregues a uma empresa não tendo tido conhecimento do que acontecia na parte pedagógica. _____

O conselheiro Carlos Percheiro referiu a prática de que o MEC não confia nas Escolas e acha inaceitável que não tenha vindo nenhum membro do Governo apresentar ao CE as linhas gerais deste processo. Considera que este foi o *timing* certo para o CE



apresentar este documento e desconhece qual o quadro legal que permite a manutenção de alguns contratos de execução. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu que o pessoal não docente podia passar para as trinta e cinco horas nas Câmaras que não tiverem dívidas e levantou a questão das tolerâncias de ponto. Na matriz, a responsabilidade pela gestão do orçamento de compensação em receita passa a ser partilhada, sendo que há diferenças nas matrizes enviadas às autarquias envolvidas. _____

Depois desta discussão e de terem sido feitas correções pontuais à proposta em apreciação, o Presidente colocou a proposta de parecer 01/2015 à votação, a qual recolheu vinte votos favoráveis, tendo sido aprovada por unanimidade. _____

Os trabalhos foram interrompidos para pausa de almoço, pelas 13h00. _____

Pelas 14h30, o Presidente retomou os trabalhos passando o quórum a ser de vinte e um elementos, uma vez que se juntou aos trabalhos o conselheiro José António Sousa. _____

Ponto três - Indicação de cinco diretores para o Júri do Prémio de Escola 2013/2014.

O Presidente explicou como se iria processar a escolha dos representantes e quais as funções que iriam desempenhar. Perguntou de seguida aos presentes se algum estaria disponível para se candidatar em cada uma das cinco regiões. O conselheiro João Caiado informou que não estaria disponível pois a Associação de Pais e Encarregados de Educação da sua Escola apresentou uma candidatura ao Prémio de Escola, tendo-se disponibilizado de seguida os seguintes conselheiros: Norte - Lucinda Ferreira; Centro - Paulo Ferreira; Lisboa e Vale do Tejo - Margarida Fonseca; Alentejo - Carlos Percheiro. Relativamente ao Algarve, como não estava presente na reunião nenhum membro desta Zona, o Conselho das Escolas delegou no Presidente a competência para designar um diretor de uma Escola do Algarve para integrar o Júri do Prémio Escola 2013/14, tendo este assumido o compromisso de convidar, em primeiro lugar, o conselheiro Telmo Soares para integrar este júri. _____

O Presidente propôs como metodologia a votação individual, zona a zona, em oposição à votação em lista conjunta. Posta à votação, a metodologia apresentada pelo Presidente foi aprovada por maioria, iniciando-se de imediato as votações, as quais foram realizadas por voto secreto depositado em urna. _____

Após a votação, verificaram-se os seguintes resultados: _____

Zona Norte - Lucinda Maria Mendes Ferreira - vinte votos; _____

Zona Centro - Paulo Jorge de Sousa Ferreira - vinte e um votos; _____

Região de Lisboa e Vale do Tejo - Margarida Ana Valente Fonseca - vinte votos; _____

Região do Alentejo - Carlos Jorge Pires Percheiro - vinte votos. _____

No final da votação e depois de eleitos os quatro representantes presentes acima identificados, o Presidente informou o Conselho de que o conselheiro Telmo Marreiros Soares seria o representante da Região do Algarve no júri do prémio escola 2013/14. _____

Ponto quatro - Indicação de um representante na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano (POCH). _____

O Presidente começou por informar que fora convocado para uma reunião da Comissão de Acompanhamento do POCH, no dia 9 de fevereiro, tendo-lhe sido explicado que esta Comissão, por deliberação da Comissão Diretiva do POCH, tinha na sua composição um membro do Conselho das Escolas. _____



O Presidente deu conta dos assuntos tratados nessa reunião e sublinhou o facto de ser necessário que o Conselho designasse um dos seus elementos para integrar a referida Comissão de Acompanhamento. _____

Seguidamente, perguntou aos presentes se algum ou alguns estariam interessados em representar o órgão nessa Comissão. Disponibilizou-se o conselheiro José Alfredo Mendes que apresentou a vasta oferta formativa existente na sua Escola como uma mais-valia e experiência para desempenhar a função. _____

Não havendo mais candidatos, passou-se à votação tendo sido eleito o Conselheiro José Alfredo Mendes com dezasseis votos a favor e cinco votos brancos. _____

Ponto cinco - Assuntos Diversos. _____

O Presidente deu a conhecer a atividade desenvolvida por si bem como pela Comissão Permanente desde a última reunião. Deu conta ainda da correspondência por si recebida e expedida. _____

Informou que haverá uma reunião ordinária em março onde será feito um balanço da atividade do Conselho das Escolas. _____

Apresentou alguns dados da avaliação do Debate Nacional, realizado em dezanove de janeiro, em Santarém, subordinado ao tema “Municipalização: que caminho para a Escola?” feita pelos participantes e que foi, segundo opinião generalizada, um sucesso. Explicou como se processou a sua organização, nomeadamente a escolha do local e agradeceu a colaboração da Comissão Permanente e do conselheiro Luís Henrique Fernandes. _____

Passou, de seguida, a palavra aos conselheiros. _____

O conselheiro Paulo Ferreira colocou a questão dos atestados médicos e das faltas dos alunos passíveis de serem justificadas por estes, considerando que se devia alertar a tutela para estas situações. _____

A conselheira Margarida Fonseca deu os parabéns à comissão organizadora do debate pois o *feedback* dos diretores da sua zona foi muito positivo. Referiu o Decreto-Lei n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, relativo aos suplementos remuneratórios pois considera que vai ser pedido às Escolas que se pronunciem sobre quem o deve receber. Realçou o facto de que, segundo a interpretação efetuada, os subdiretores e adjuntos não se enquadrarem nas situações previstas para o suplemento. Pensa que deveria haver um estatuto próprio para as Escolas. _____

A conselheira Celeste Sousa disse que não deu informações sobre o IAVE, pois ainda não foi nomeada. O Presidente informou que lhe foi pedida, recentemente, a síntese curricular da representante do CE no Conselho Geral do IAVE, Conselheira Celeste Sousa. _____

O conselheiro Carlos Percheiro referiu que não pode ficar indiferente ao que foi dito na última reunião pelo conselheiro José Mesquita e que concorda com as palavras proferidas na altura pela conselheira Isabel Le Gué. Considera, ainda, que essas declarações foram infelizes e, pelo contrário, acha que deve ser enaltecido o trabalho desenvolvido pelo Conselho, em particular pela liderança do seu Presidente a quem transmite uma palavra de solidariedade. Considera que houve três fases diferentes no Conselho das Escolas, de acordo com os mandatos. Enalteceu a elevada qualidade dos documentos produzidos no atual mandato. _____



O conselheiro Fernando Almeida deu a conhecer a atividade que tem desenvolvido no Conselho Nacional de Educação, tendo a conselheira Anabela Grácio explicado o trabalho que está a ser feito sobre retenção escolar. _____

O conselheiro Fernando Elias referiu-se às declarações do conselheiro José Mesquita na última reunião para realçar a isenção do Presidente, da Comissão Permanente e a dinâmica do Conselho das Escolas. _____

A conselheira Júlia Gradeço falou da sua preocupação pela realização das provas finais de 4.º e 6.º anos em tempo de aulas, nomeadamente a necessidade de encerrar as escolas, muitas delas durante todo o dia. Deixou o convite para diretores como palestrantes num seminário sobre indisciplina. _____

O conselheiro António Ventura disse que os horários que estavam a ser pedidos com base no crédito horário disponível não estavam a ser validados pela DGEstE. Levantou a questão dos horários não poderem ter mais de 50% para apoio, situação que continua a ser de ambígua interpretação. _____

O conselheiro Filinto Lima lamentou e discordou das intervenções que os conselheiros Carlos Percheiro e Fernando Elias fizeram relativamente à declaração feita pelo conselheiro José Mesquita na última reunião, pois considerou que as mesmas são extemporâneas e que se devem evitar comparações com os anteriores mandatos. ____

O conselheiro Carlos Percheiro deu conta da realização dos próximos eventos do CNE. O conselheiro José Alfredo afirmou que fora contactado pelos serviços do MEC sobre questões de segurança da internet, nomeadamente a divulgação na página da Escola das pautas de avaliação. _____

O conselheiro Fernando Elias sugere que na próxima reunião, a realizar em março, sejam sistematizadas algumas questões a colocar à administração central. _____

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Filipe de Almeida, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fernando Filipe de Almeida _____

José Eduardo Lemos _____

